

A.1.3

Reflexão sobre as novas Forças Armadas (4)

ORÇAMENTO E IMPACTOS ECONÓMICOS

3-102/93 (Maputo) Para que as novas Forças Armadas cumpram cabalmente a sua missão, e sejam prestigiadas socialmente, requerem-se investimentos indispensáveis. O essencial:

- recquipamento da Força Aérea em aeronaves e na recuperação de pistas e outras infra-estruturas;
- a despeito de a Marinha existir, ela nunca foi dotada do equipamento minimamente indispensável, pelo que se impõe efectua-lo;
- equipamento de transporte, de acomodação, etc;
- reconstrução da maior parte dos quartéis, hospitais militares e outras infra-estruturas.

Existe também a necessidade de se dotar as novas unidades de abastecimento corrente (viveres, fardamento, material sanitário, salários, etc) de modo a que nestas não se venha a repetir a experiência das FAM/FPLM. A operacionalidade das tropas, sobretudo em operações internas, está estreitamente ligada ao seu moral combativo.

À data da assinatura do acordo de Roma, e a acreditar na informação disponibilizada pelo Ministério das Finanças, o orçamento para a defesa constituía cerca de 40% das despesas públicas correntes (excluído investimento). Tal percentagem, quase recorde a nível mundial, é insustentável em situação de paz.

Espera-se, com a redução dos efectivos das Forças Armadas, a ocorrência de algumas poupanças orçamentais. Uma taxa abaixo de 15% de despesas correntes do Estado para fins de defesa seria razoável, em termos de média africana (exemplos extremos são a África do Sul e a Nigéria - acima dos 40%; muitos outros países, como o Gana e o Mali, estão abaixo dos 10%).

Após as eleições, é de esperar um significativo crescimento económico em Moçambique devido aos seguintes factores:

- retorno da população às suas zonas de origem;
- normalização da comercialização agrícola;
- algum afluxo de investimento estrangeiro.

Se o crescimento ocorrer a uma taxa de 9% ao ano, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 30% em três anos. Como os impostos incidem sobre o PIB, seria de esperar um aumento das receitas correntes do Estado da mesma magnitude.

Simultaneamente, ocorrem três situações:

- as despesas com a defesa no orçamento cairiam para 15%;
- as receitas do Estado ampliar-se-iam em 30%;
- os efectivos suportados pelo OGE reduzem-se para 25%, como acordado em Roma. Nestes termos, não se poderia melhorar as condições de abastecimento dos soldados mais do que duas vezes.

A actual situação degradante de abastecimento das tropas, revela que este valor é nitidamente insuficiente.

Por outro lado, e como é quase geralmente aceite,

a carga que os impostos representam em Moçambique é extremamente elevada (contribuição industrial de 50% sobre os lucros, direitos aduaneiros excessivos, etc, do que resulta uma receita fiscal maior que 20% do PIB). Níveis de impostos elevados são travões do crescimento económico porque desestimulam o investimento. Logo, à medida do crescimento económico, seria de esperar uma redução no peso dos impostos no PIB e, conseqüentemente, do peso das despesas públicas.

Daí, a melhoria das condições de abastecimento das tropas seria menor do que a acima indicada.

As conclusões óbvias decorrentes do acima exposto, apontam para um dos primeiros e primordiais problemas do governo pos-eleições: optar entre constituir Forças Armadas inoperantes e desmotivadas, ou optar por efectuar poupanças orçamentais bastante menores que as esperadas, mantendo Moçambique com uma taxa de despesas militares no orçamento corrente superior à média africana.

Existem algumas vertentes de solução que devem ser analisadas de forma conjugada com os aspectos acima referidos:

- a disponibilidade dos países que estão definidos para realizarem as acções de cooperação, no âmbito da formação das novas Forças Armadas, em financiar parte das mesmas, essencialmente as de investimento e formação:

- a de o novo governo optar por Forças Armadas baseadas em serviço militar obrigatório, ou escolher o cenário do profissionalismo. Evidentemente, soldados profissionais obrigam a um montante de despesas salariais, dentre outras, mais avultadas;

- do aproveitamento, em actividades produtivas, que se for capaz de realizar do potencial militarizável existente em Moçambique (ver 3º artigo desta série).

Em resumo, do ponto de vista técnico e puramente militar, o efectivo de 30 000 homens não poderá ser significativamente reduzido caso se pretendam Forças Armadas com efectividade. Do ponto de vista económico, existe interesse em diminuir as despesas militares; este o dilema com que o governo pos-eleições terá de se confrontar.

Existe o risco de não se constituírem, com seriedade e competência, Forças Armadas capazes de defenderem a integridade territorial e apoiarem, efectivamente, no restabelecimento da ordem interna.

(do conselheiro do mediaFAX para assuntos militares)

AOS ASSINANTES: Nos últimos dois dias muitos dos nossos assinantes receberam o mediaFAX durante o dia e não durante a noite como é habitual. Temos alguns problemas no sistema de distribuição.